



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeleção Escrita

Um residente telefonou recentemente para um programa da rádio sobre a actualidade de Macau, e contou a sua história: quando passava por um edifício, quase foi atingido por um ramo que caiu de uma árvore que, descobriu-se entretanto, estava plantada numa área comum do edifício, tratando-se portanto de um bem que pertence a todos os proprietários. E como, actualmente, nada os obriga à compra de seguro contra terceiros, caso ocorra alguma queda de árvores, de betão das paredes exteriores, etc., e a segurança de terceiros for prejudicada, como é que se consegue salvaguardar o património e a segurança física daqueles?

Macau está situada numa região que é afectada por muitos tufões. No Verão e no princípio do Outono, que são as épocas de tufão, os ventos fortes e as chuvas torrenciais destroem árvores, paredes exteriores, etc., facilmente podem registar-se acidentes e são grandes os riscos quer para a vida dos transeuntes quer para os veículos. Segundo o responsável da Divisão de Espaços Verdes Urbanos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, o tratamento das árvores de complexos habitacionais privados é responsabilidade dos seus proprietários, isto é, quando essas árvores obstruem passeios e vias públicas, avisa-se os proprietários para procederem ao respectivo tratamento. Segundo o Regulamento Geral da Construção Urbana, os proprietários devem contratar profissionais qualificados para efectuar vistorias e obras de reparação aos seus edifícios com uma



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

periodicidade de 5 anos, enquanto ao Governo compete exercer o seu poder de fiscalização, portanto, uma posição relativamente passiva.

Em Hong Kong, já desde 2011 que existe uma lei que define que todas as Associações de Condóminos (“Owners’ Corporation”) devem, tendo em conta as áreas comuns do edifício e o património da Associação de Condóminos, ter seguro contra terceiros e mantê-lo em dia, e o capital de cobertura por evento não pode ser inferior a 10 milhões. Muitos cidadãos concordam com a obrigatoriedade da compra de seguro contra terceiros, visto que assim se pode salvaguardar melhor a vida e os bens dos cidadãos.

Face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Caso se verifique a queda de bens pertença de todos os proprietários de um edifício, como por exemplo de árvores, betão das paredes exteriores, etc., de que medidas dispõe o Governo, nos termos da actual legislação, para salvaguardar o património e a segurança física de terceiros?
2. Caso não disponha de medidas, deve então suprir as insuficiências da lei relativamente aos seguros contra terceiros para as situações acima mencionadas. O Governo vai fazê-lo?
3. Segundo o Regulamento Geral da Construção Urbana, os proprietários devem contratar profissionais qualificados para efectuar



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

vistorias e obras de reparação aos seus edifícios com uma periodicidade de 5 anos. Como é que o Governo vai assegurar o cumprimento desta regra?

13 de Outubro de 2014.

A Deputada à Assembleia Legislativa  
da Região Administrativa Especial de Macau,

Leong On Kei